

## PARTICIPAÇÃO POPULAR NO MINISTÉRIO DA CULTURA (2003-2010)

Tatiana Lopes Salciotto<sup>1</sup>  
Marcos Vinicius Pó<sup>2</sup>

**RESUMO:** Este trabalho tem o objetivo principal de analisar a atuação do Ministério da Cultura (MinC) em relação às atividades de participação popular (2003-2010). A metodologia adotada neste trabalho abrange a revisão bibliográfica (CALABRE; AVRITZER; ABRUCIO; FILGUEIRAS) e a pesquisa em documentos oficiais, a partir da internet. A participação no MinC pode ser dividida em 5 ações principais: 1) Conferência Nacional de Cultura, que tem maior destaque; 2) Conselho de Cultura – desde 2005; 3) Fóruns e seminários; 4) Ouvidoria; 5) Outras formas de participação. Até o momento, o MinC atuou mais na participação a partir das Conferências Nacionais de Cultura; as metas são os principais produtos dessas conferências. O desafio é aperfeiçoar essas formas de participação, garantindo também o fortalecimento das atividades de *accountability*.

**PALAVRAS-CHAVE:** Participação popular; Ministério da Cultura (2003-2010); *accountability*

### 1- Introdução:

Este trabalho tem o objetivo principal de analisar a atuação do Ministério da Cultura (MinC) em relação às ações de participação popular, no período de 2003-2010.

As atividades de participação abarcam vários aspectos, tais como os atores envolvidos, as informações disponíveis, as políticas públicas de cultura, o papel do Estado e da sociedade civil.

Ela também envolve questões ligadas à democracia, principalmente a *accountability*, conceito que está relacionado à “(...) construção de mecanismos institucionais por meio dos quais os governantes são constrangidos a responder, ininterruptamente, por seus atos ou omissões perante os governados” (ABRUCIO, LOUREIRO, 2004, p.75) e que vai além de uma relação hierárquica de controle, pois os cidadãos podem participar ativamente da confecção e avaliação das políticas públicas (CLAD, 2000 apud PO; ABRUCIO, 2006, p. 686); o fortalecimento da *accountability* é essencial para o aperfeiçoamento da democracia e também exige outro princípio do Estado: maior transparência (FILGUEIRAS, 2011).

O tema de participação popular no MinC é muito marcado pelas Conferências Nacionais de Cultura (CALABRE, 2013) que com os governos do PT, desde 2003,

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-graduação em Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do ABC (UFABC); bibliotecária do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Copedoc/RJ; e-mail: tatiana.salciotto@iphan.gov.br.

<sup>2</sup> Doutorado em Administração Pública e Governo pela Fundação Getúlio Vargas/SP; professor adjunto da Universidade Federal do ABC (UFABC), Programa de Pós-graduação em Ciências Humanas e Sociais; e-mail: marcos.po@ufabc.edu.br.

intensificou as atividades de participação no âmbito federal (AVRITZER, 2012; PETINELLI, 2011).

Além das Conferências Nacionais, que são mecanismos importantes de participação, é fundamental analisar de que forma o MinC proporciona a participação também com outros instrumentos, pois para que a sociedade brasileira atue a estrutura do Ministério também influencia e pode facilitar o fortalecimento democrático e as ações participativas.

Neste momento, não será possível avaliar a como as políticas públicas de cultura adotadas pelo MinC são afetadas a partir das práticas participativas. A preocupação é identificar essas práticas e problematizar de que forma essas ações permitem a participação, como as informações estão disponíveis, há a preocupação em fortalecer a *accountability*, etc.

Este trabalho envolve a gestão do MinC do ministro Gilberto Gil (2003-2008) e João Luiz Silva Ferreira (2008-2010), que anteriormente era o secretário-executivo do ministério e que por isso, de certa forma, deu continuidade aos trabalhos.

A estrutura do MinC é relativamente complexa, pois possui oito instituições vinculadas, como a Ancine (Agência Nacional do Cinema), Biblioteca Nacional e Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

O recorte, neste momento, é em relação ao MinC, como área central. Essa característica é importante, pois o ministério também influencia e pode servir de modelo para outras ações participativas das instituições vinculadas e também pode discutir temas que envolvem direta ou indiretamente as atribuições dessas instituições.

## **2- As formas de participação no Ministério da Cultura (2003-2010)**

Nos estudos sobre a gestão do MinC, a relação entre Estado e sociedade civil também é algo importante para as políticas públicas de cultura no sentido de que a implementação dessas políticas tendem a ter uma governança melhor e serem mais efetivas; o grande desafio é criar os canais de diálogo apropriados (CALABRE, 2009, p. 295).

O desafio também está marcado pela aprendizagem, tanto do MinC quanto da população. Aprendizagem que deve ser vista como algo contínuo, que envolve as escolhas da participação, as formas de discussão, as deliberações feitas, a execução das políticas públicas, a construção de entendimentos mútuos entre os atores, etc.

Avritzer (2009, p.45-46) discute que é possível encontrar três formas em que os cidadãos podem participar: 1) o desenho participativo de baixo para cima; 2) partilha de poder (ex. conselhos); 3) ratificação das decisões (exemplo Plano Diretor).

Essa classificação do pesquisador, baseada em uma abordagem calcada no grau de poder partilhado entre o setor público e os participantes, problematiza a visão empírica da participação, sem deixar de considerar que ela é um processo importante, mas que a sua efetivação, principalmente com a ideia de intensificar as atividades da participação de baixo para cima, é algo a ser construído tanto política como analiticamente. A problematização está relacionada às diversas formas de participação, à divisão de poder, às tomadas de decisão, etc. Essa classificação ajudará na análise deste trabalho.

Pires e Vaz (2012, p.11-13) também apontam que a lista de possibilidades de participação é ampla, mas pode ser mapeada em oito tipos específicos: 1) Conselhos gestores participativos; 2) Conferências temáticas; 3) Reuniões com grupos de interesse; 4) PPAs participativos; 5) Ouvidorias; 6) Audiências públicas e consultas públicas; 8) Outros formatos: canais diversos, sítios na internet, telefone, comitês gestores.

Em relação ao Minc (2003-2010) é possível, a partir das considerações de Pires e Vaz, analisar os seguintes tipos de participação:

- 1) Conferência Nacional de Cultura – 2005; 2010

<http://pnc.culturadigital.br/biblioteca-de-documentos/>  
<http://cncvirtual.culturadigital.br/>

- 2) Conselho de Cultura – Decreto 5520 de 2005, mas instalado em 2007  
<http://www2.cultura.gov.br/cnpc/>

- 3) Fóruns e seminários;  
(ex. Cultura para todos – sobre a Lei Rouanet)

- 4) Ouvidoria  
<http://ouvidoria.cultura.gov.br/>  
<http://www.cultura.gov.br/ouvidoria>

- 5) Outras formas de participação: fale conosco, participação do leitor  
[www.cultura.gov.br](http://www.cultura.gov.br)

Essa identificação foi possível com a realização da pesquisa nos sites citados acima, que foram selecionados a partir do site principal do MinC – [www.cultura.gov.br](http://www.cultura.gov.br) - e também com a leitura de relatórios e publicações oficiais.

## **1) Conferência Nacional de Cultura**

Quando o tema é participação no âmbito federal, nos textos pesquisados até o momento, são as conferências nacionais que têm destaque nas diversas áreas de atuação do governo federal (AVRITZER, 2012, p.16).

É interessante acrescentar que as conferências foram institucionalizadas no governo de Getúlio Vargas, em 1937, Lei n.378 (PETINELLI, 2011, p. 231). Mas, mesmo com essa lei, os dados das conferências realizadas demonstram que elas são organizadas com frequência recentemente: ocorreram até 2010, 111 conferências, em 40 temas diferentes, das quais 99 pós 1988 e no governo Lula 72 conferências (PETINELLI, 2011, p.232-233).

O MinC, como já citado, realizou as Conferências Nacionais de Cultura (CNC) em 2005 e 2010, além de 2013 (fora do escopo deste trabalho); essas ações são abordadas como destaque, como algo inédito e importante para a participação popular (CALABRE, 2009, p.300).

A estrutura das CNC apresentam as etapas municipais, estaduais e por último a plenária nacional em Brasília. As duas etapas iniciais discutem os eixos e temas e, a partir daí, há votação para aqueles temas que os participantes consideraram prioridade.

Outra tarefa das conferências municipais e estaduais é eleger delegados da sociedade civil para participar da plenária final. Isso demonstra que a participação das conferências, principalmente nas etapas estadual e federal, se concentra nos delegados eleitos que além da sociedade civil também determina os representantes governamentais que não são eleitos, o que demonstra a característica de partilha de poder.

Sobre as CNC é importante acrescentar que é uma posição oficial do MinC reforçar a participação como elemento na elaboração das políticas públicas de cultura (BRASIL, 2012, p.129).

A organização das CNC foi colocada como a meta 49 do Plano Nacional de Cultura. Essa meta direciona que elas sejam feitas de quatro em quatro anos. Em 2013 aconteceu a 3ª Conferência Nacional e para 2017 deve ser planejada a próxima (BRASIL, 2012, p.128-129).

O que está muito relacionado às CNC é o Plano Nacional de Cultura, instituído pela Emenda Constitucional nº 48 de 1º de agosto de 2005, que tem na elaboração de metas, que devem ser cumpridas até 2020, um instrumento para propostas na área de valorização do patrimônio cultural, democratização da cultura, valorização da diversidade cultural e outras áreas de atuação do MinC. (CALABRE, 2009, p.300)

E ainda, a relevância da estruturação das CNC, como um mecanismo participativo que envolve vários estados e vários grupos da sociedade para a construção do Plano Nacional de Cultura, é algo ressaltado pelo MinC, o que reforça a visão institucional em prol das ações participativas (BRASIL, 2006, p.3).

No relatório da CNC de 2005 é abordado que houve Seminários Setoriais de Cultura, que é mais informal do que a conferência e um espaço importante para o debate das questões e propostas. (BRASIL, 2006, p.12). Isso pode ajudar a reforçar a participação de mais pessoas.

Em relação à participação a estrutura das conferências, pode ser considerada como Avritzer (2008) classifica uma “partilha de poder”, pois além da participação da sociedade civil, o poder público também tem espaço para participar, com a eleição de parte dos delegados e as discussões sobre os temas e as diversas demandas da área cultural.

Mas é importante, em outras pesquisas, analisar as três conferências já realizadas e compará-las, pois com a institucionalização do Plano Nacional de Cultura parece que os direcionamentos para as conferências já foram determinados e estão embasados nesse plano; parece ser mais difícil encaminhar outras demandas. Por isso é importante analisar a participação popular, a dinâmica das conferências, o espaço para diálogo e novas propostas, comparando as conferências de 2006, 2010 e 2013 e, analisar se nesta última, houve apenas a ratificação de políticas já elaboradas no Plano Nacional de Cultura. Essa hipótese está pautada na visão de que o papel do Estado, no caso o MinC, tem uma forte influência na estruturação das políticas públicas.

Em relação à questão da agenda, as conferências nacionais, no ciclo de políticas públicas, apresentam importante influência, pois: os participantes tem espaço para discutir propostas, podem ser novas ou reforçar alguma questão que antes não era tratada como prioridade pelo MinC. Mas ainda é importante questionar como se dá a implementação, o que parece ser bem mais problemático.

Na 2ª Conferência Nacional de Cultura, em 2010, foram eleitas 32 propostas e 95 estratégias setoriais prioritárias. Esses dados mostram a influência das conferências na agenda. Mas somente eleger propostas não pode ser considerado suficiente para a execução de políticas públicas.

Sobre a questão de como é o papel político das instituições políticas tradicionais com a intensificação dos espaços participativos, Zimbrão (2013), a partir do trabalho de Progrebinschi e Santos (2011), discute o questionamento de que o poder representativo estaria em crise, com os espaços de participação popular, o que pode ajudar a pensar na elaboração das políticas públicas. A partir da análise das conferências nacionais a pesquisa aponta que houve maior demanda de atividades legislativas do Congresso Nacional e não o enfraquecimento.

Especificamente no caso do MinC, e a relação das CNC com o Congresso Nacional, o poder legislativo teve destaque pois as propostas discutidas nos espaços participativos

impulsionam as ações do legislativo, o que é um ponto importante na relação políticas públicas e participação popular (ZIMBRÃO, 2013, p.20).

Outro ponto das CNC refere-se à proposição de metas que podem também ser excessivamente genérica, ambígua, contraditória, o que demonstra que a implementação e direcionamento dependem da instituição responsável (SUBIRATS, 2001, p.120). Avritzer (2012, p.21-22) também coloca que pode haver lacunas entre as decisões das conferências e a gestão para efetivar as políticas públicas necessárias, essa forma de arranjo é um ponto importante para o autor; dependendo da área há grupos com tradição de participação e com conselhos atuantes que atuam mais fortemente do que outras.

As metas das CNC apresentam uma visão mais ampla das questões, por exemplo, no documento “Resultados da II Conferência Nacional de Cultura” de 2010<sup>3</sup>, a meta 63, dessa conferência específica, refere-se a “garantir que o acesso à internet seja realizado em regime de serviço público e avançar com a formulação e implantação do plano nacional de banda larga contemplando as instituições culturais e suas demandas por aplicação e serviços específicos”.

Não há preocupação em deixar claro como cumprir essa meta, somente no documento do Plano Nacional de Cultura é direcionado no capítulo “como as metas são medidas” O Plano deve ser destacado pela sua relação direta com as CNC.

Ele tem até 2020 que cumprir as metas propostas, no momento o MinC disponibiliza na internet um canal para a população acompanhar de que forma essas metas estão sendo cumpridas, como com a execução de editais, que parece ser o principal mecanismo utilizado<sup>4</sup>.

Além disso, as metas do Plano Nacional parecem ser mais claras e objetivas, das 53 metas propostas, por exemplo, a meta 32 propõe que “100% dos municípios brasileiros com ao menos uma biblioteca pública em funcionamento (BRASIL, 2012, p. 94)”. Isso é mais objetivo que as metas da CNC, mas executar e atingir cada meta do Plano é o desafio do MinC.

Para que se cumpra a meta 32, que são os municípios os principais responsáveis, a formulação de editais, é um das atividades do MinC, que visam financiar a aquisição de acervos e a modernização das bibliotecas. É um caminho importante, mas mesmo assim, para que as bibliotecas funcionem é imprescindível o investimento dos municípios: disponibilizar a infraestrutura (prédio, luz, segurança, etc.) e funcionários públicos (bibliotecários e auxiliares), sem isso o trabalho do MinC se perde.

<sup>3</sup> Disponível no site <http://pnc.culturadigital.br/biblioteca-de-documentos/>

<sup>4</sup> Site: <http://pnc.culturadigital.br/metad/>

Petinelli (2011, p.247), ao analisar as conferências nacionais, especificamente de aquicultura e pesca, de políticas para mulheres e de políticas de promoção da igualdade racial, aponta algumas considerações que podem ajudar na análise das CNC e complementam as colocações acima:

(...) os resultados encontrados [sobre as conferências] apontam (1) para os efeitos da realização de conferências sobre a agenda governamental e (2) para as diferenças na capacidade inclusiva de conferências de políticas públicas distintas. Além disso, as constatações sugerem que a finalidade da política, a história e o tipo de organização da sociedade civil e a centralidade política da instituição-sede impactam, em alguma medida, a capacidade inclusiva das conferências. Aferir o sentido e a magnitude desses efeitos constitui, assim, o desafio para as próximas pesquisas sobre o papel das conferências públicas nacionais na formação da agenda de políticas públicas do governo federal.

As conferências apresentam a característica de influenciar a agenda. O MinC dá ênfase às conferências como processo participativo, nesse sentido, é importante analisar outro momento, como ou se, as conferências se relacionam com as políticas públicas propostas e implementadas pelo Minc.

## **2) Conselho de Cultura**

Um primeiro ponto sobre o Conselho de Cultura é a sua estrutura que com o Decreto 5520 de 2005, alterado pelo Decreto 6369 de 2009, define no art. 6 os entes que formam o conselho, dentre eles: a Conferência Nacional de Cultural, Comissões Temáticas ou Grupos de Trabalho, Colegiados Setoriais.

O Conselho de Cultura, a partir dos conselheiros selecionados de uma listagem que visa garantir a representação de várias instituições governamentais e da sociedade civil, é responsável por várias etapas das políticas públicas de cultura, dentre elas até mesmo a Conferência Nacional de Cultura, o que demonstra mais um ponto de influência da estrutura do MinC na finalização da CNC.

No regimento interno é pontuado como a sua função propor “a formulação de políticas públicas, com vistas a promover a articulação e o debate dos diferentes níveis de governo e a sociedade civil organizada, para o desenvolvimento e o fomento das atividades culturais no território nacional” (Regimento interno, portaria n. 28, 2010).

Os conselhos, como coloca Calabre (2009, p. 295) devem ser colaborativos para que se mantenha o diálogo governo e sociedade civil. Na leitura do regimento do Conselho de Cultura, além dos representantes do governo (vários ministérios), representantes do Sistema S, há eleição para treze representantes das áreas técnico-artísticas que devem ser indicados por alguma associação da sociedade civil para poderem se candidatar e são votados por eleitores inscritos no MinC; esses eleitores são inscritos de forma voluntária a partir de alguns critérios, o principal é a experiência profissional na área de cultura.

No caso do MinC, é importante perceber a relação do conselho com o Plano Nacional de Cultura, nesse caso, o regimento interno do conselho, coloca que é competência acompanhar e avaliar a execução do plano.

Sendo o Conselho de Cultura o responsável por aprovar o Plano Nacional de Cultura, uma indicação de pesquisa (ainda é preciso aprofundar este ponto) é de que as discussões feitas nas CNC (que de certa forma, no sentido participativo, são mais abrangentes do que o conselho, pois permite uma participação com maior número de pessoas) permite o diálogo, mas sem uma abrangência maior na participação de políticas públicas, pois somente o Conselho é quem aprovará definitivamente as propostas para integrar o Plano Nacional de Cultura. Há mais poder de decisão para o conselho ?

Além do conselho destacado acima, o MinC tem em sua estrutura uma comissão específica para auxiliar a avaliação dos projetos referentes à Lei Rouanet, chama-se Comissão Nacional de Incentivo à cultura – CNIC. Essa comissão tem amparo legal com a Lei nº 8.313/1991

As questões da Lei Rouanet apresentam muitos debates. Economicamente ela disponibiliza recursos importantes para a área cultural e essa comissão auxilia o direcionamento desses recursos. O MinC, neste caso, abre a participação para outras instituições públicas e também para representantes da sociedade civil.

Para exercer a *accountability* é possível pesquisar as ações da CNIC no sistema SALIC, relativo à Lei Rouanet, no site <http://sistemas.cultura.gov.br/salicnet/Salicnet/Salicnet.php>. Esse link específico, em março de 2014, não estava disponível no site inicial do MinC; há o link para o SALIC (<http://novosalic.cultura.gov.br/>), mas remete a outra página referente para a inserção de novos projetos e não remete à possibilidade de realizar a pesquisa dos projetos analisados pelo conselho.

### 3) Fóruns e seminários:

Essa forma de participação social também é utilizada pelo Minc e tem a característica de ser mais informal.

Utilizando, como coleta de dados, apenas os materiais disponíveis na internet e a revisão bibliográfica, não encontramos muitos dados sobre essas atividades. Calabre (2009, p.299) coloca que:

No primeiro ano da gestão do Ministro Gil, foi elaborado um plano de extensa reformulação da estrutura do MinC e de ampliação de seu campo de atuação. Logo de início, ainda para o primeiro mandato, estavam previstas alterações profundas na lei de incentivo, que não ocorreram. Antes de elaborar o projeto de mudança da Lei Rouanet, o Ministério realizou uma série de consultas à sociedade através dos seminários “Cultura para todos”, que percorreram os estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Pará e Pernambuco, e de fóruns com a participação de diversos segmentos da área artística e da sociedade em geral.

Temas como a Lei Rouanet e o Plano Nacional de Cultura foram um dos debatidos em alguns desses seminários.

Pode-se considerar que essa forma de participação é importante, pois ao abrir o diálogo com a população é possível que haja uma etapa relevante de aprendizagem, tanto para os gestores governamentais quanto para a população, ao discutir, explicar e propor novos caminhos para alguns temas que às vezes são polêmicos e pouco conhecidos.

#### **4) Ouvidoria**

No site do ministério há um link da ouvidoria no canto superior, junto com outros canais de comunicação (Facebook, fale conosco, Twitter): <http://ouvidoria.cultura.gov.br/>.

No sistema de busca do site oficial do MinC, com a palavra “ouvidoria” há uma notícia de 2013 falando de sua reestruturação, o que é um indicador da necessidade de melhorias nesse tipo de participação que parece necessitar de mais divulgação.

Em 2013, a Corregedoria-geral da União, intensificou os trabalhos para que as ouvidorias sejam aperfeiçoadas, como por exemplo, a realização de consulta sobre a organização do Sistema Federal de Ouvidorias. No site da instituição (<http://www.cgu.gov.br/Ouvidoria/>) há documentos sobre a estruturação das ouvidorias, o que pode influenciar e contribuir para os futuros trabalhos do MinC.

## 5) Outras formas de participação: fale conosco, participação do leitor

Dentro dessa forma de participação é através da internet a melhor maneira de atuação. O MinC disponibiliza um e-mail e o espaço para os leitores participarem e comentarem notícias do site.

É importante, conhecer melhor, de que forma as contribuições vindas por e-mail ou os comentários são utilizados e discutidos pelo MinC. Nos relatórios disponíveis no site do MinC não há dados sobre essa forma de participação.

### 3- Conclusões

Sobre as formas de participação, é importante perceber que a internet parece ser um meio de comunicação que poderá ser mais estruturado e usado com frequência para as atividades participativas. No Plano Nacional de Cultura é colocado que esse mecanismo é relevante para o diálogo e a participação (BRASIL, 2012, p.19).

Além disso, as redes sociais, como o Facebook desde 2012, são utilizadas, estão bem sinalizadas no site oficial e são atualizadas; o responsável pelo Facebook responde as questões e há indicações da população (curtir, compartilhar, comentar). Também há o Núcleo de Mídias Sociais do Ministério da Cultura ([midias.sociais@cultura.gov.br](mailto:midias.sociais@cultura.gov.br)). Isso demonstra a relevância desses novos canais e que devem ajudar a compreender o processo participativo.

A análise inicial, das formas de participação no Minc, apresentada pode indicar algumas questões norteadoras:

- há uma tendência para que a participação seja realizada de forma virtual (BRASIL, 2012, p.19)
- os temas debatidos, principalmente nas CNC, podem ser demandas sob responsabilidade de municípios e não do MinC, o que pode indicar dificuldades na execução de políticas públicas;
- necessidade de estudar melhor as metas das CNC e aquelas eleitas como prioridades, pois como alerta Avritzer (2012, p.21-22), é importante que haja clareza nas prioridades;
- como as metas, que são votadas no processo participativo das conferências nacionais, podem ser executadas;
- analisar a necessidade de aperfeiçoar as práticas participativas para que os debates sejam produtivos e visem melhores resultados para a área da cultura no Brasil;

- analisar o comprometimento do MinC com as ações participativas, há ênfase nas conferências, mas e outras formas de participação e o comprometimento que se deve ter com a participação popular e a accountability

O site oficial do MinC foi a fonte principal de dados para este trabalho. É importante ainda acrescentar que ele tem pontos positivos, como os links para a ouvidoria e Plano Nacional de Cultura. Mas há problemas que devem ser sanados, pois esses problemas dificultam as atividades de *accountability*. A análise dos canais de participação também precisa ser complementada com a pesquisa de material não disponível virtualmente e por meio de entrevistas com os atores envolvidos.

Alguns problemas referem-se a disponibilizar o link do sistema SALIC que remete para a pesquisa dos projetos avaliados para capacitação da Lei Rouanet e o link para as informações do Conselho Nacional de Cultura que está disponível apenas na página do Plano Nacional de Cultura e não na página inicial.

O cenário político no Brasil, no período desta pesquisa, mudou e trouxe de forma mais acentuada as discussões sobre a participação popular. Ao mesmo tempo em que essas ações são positivas no sentido de que reforçam a democracia, trazem visões diferentes e a possibilidade de discutir mais as questões, elas também precisam ser aperfeiçoadas, principalmente na qualidade das discussões e na possibilidade de que essas discussões além de construírem propostas também possam ser implementadas.

Hoje, com as ações do Minc, em relação às questões de políticas públicas de cultura, há ações mais antigas como a Lei Rouanet e algumas mais recentes como os pontos de cultura, a implementação, em andamento do Sistema Nacional de Cultura e também o Plano Nacional de Cultura. E, nessas ações, também há a preocupação em executar políticas participativas.

## REFERÊNCIAS:

AVRITZER, Leonardo. Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. **Opinião Pública**, Campinas, v. 14, n. 1, jun., p.43-64, 2008.

AVRITZER, Leonardo. Conferências Nacionais: ampliando e redefinindo os padrões de participação social no Brasil. **Texto para discussão – Ipea**, Rio de Janeiro, n.1739, maio, p.1-24, 2012. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_1739.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1739.pdf)>. Acesso em: 10 de jun. de 2013.

BRASIL. Ministério da Cultural (Minc.). **1ª Conferência Nacional de Cultura**: relatório. Brasília: Minc, 2006. Disponível em: <<http://pnc.culturadigital.br/biblioteca-de-documentos/> . Acesso em: 02 de dez. de 2013.

BRASIL. Ministério da Cultura (Minc). **As metas do Plano Nacional de Cultura**. São Paulo, Brasília: Instituto Via Pública; Minc, 2012. 216 p. ISBN 9788560618071. Disponível em: <<http://pnc.culturadigital.br/2013/01/01/2533/> > Acesso em: 28 de nov. de 2013.

CALABRE, Lia. Desafios à construção de políticas culturais: balanço da gestão Gilberto Gil. **Proa - Revista de Antropologia e Arte [on-line]**. Ano 01, v. 01, n. 01, p.293-202, ago. 2009. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/proa/debates/debatelia.html>, Acesso em: 12 de jun. de 2013.

CALABRE, Lia. Participação social na construção de planos setoriais de políticas públicas: um estudo do Plano Nacional de Cultura. In: IV Congresso CONSAD de Gestão Pública, 2013, Brasília. VI Congresso CONSAD de Gestão Pública, 2013. Disponível em: <<http://consadnacional.org.br/vi-congresso-consad-trabalhos-apresentados/>> . Acesso em: 28 de jan. de 2014.

FILGUEIRAS, Fernando. Além da transparência: accountability e política da publicidade. **Lua Nova**, São Paulo , n. 84, 2011 . Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-64452011000300004&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452011000300004&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 01 set. 2013.

FURTADO, Celso. **Ensaio sobre cultura e o Ministério da Cultura**. Rio de Janeiro: Contraponto; Centro Internacional Celso Furtado, 2012. (Arquivos Celso Furtado; 5).

PETINELLI, Viviane. As Conferências Públicas Nacionais e a formação da agenda de políticas públicas do Governo Federal (2003-2010). **Opinião pública**, Campinas, v. 17, nº 1, p.228-250, jun., 2011. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-62762011000100008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762011000100008&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 01 de out. de 2013

PIRES, Roberto; VAZ, Alexander. Participação social como método de governo ? um mapeamento das “interfaces socioestatais” nos programas federais. **IPEA: texto Para discussão**, Brasília, n. 1707, 2012. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/td\\_1707.pdf](http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/td_1707.pdf)> . Acesso em: 02 de dez. de 2013.

PO, Marcos Vinicius; ABRUCIO, Fernando Luiz. Desenho e funcionamento dos mecanismos de controle e accountability das agências reguladoras brasileiras: semelhanças e diferenças. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro , v. 40, n. 4, ago. 2006 . Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-76122006000400009&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122006000400009&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 02 fev. 2014.

POGREBINSCHI, Thamy; SANTOS, Fabiano. Participação como representação: o impacto das conferências nacionais de políticas públicas no Congresso Nacional. **Dados**, Rio de Janeiro , v. 54, n. 3, Sept. 2011 . Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0011-52582011000300002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582011000300002&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 28 jan. 2014.

SUBIRATS, Joan. Nuevos mecanismos participativos y democracia: promesas y amenazas. In: FONT, Joan (Org.). Ciudadanos y decisiones públicas. Barcelona: Editorial Ariel, 2001. p. 33-42.

ZIMBRÃO DA SILVA, Adélia C . Políticas Públicas Culturais e Mecanismos de Democracia Participativa. In: VI Congresso CONSAD de Gestão Pública, 2013, Brasília. VI Congresso CONSAD de Gestão Pública, 2013. Disponível em: <<http://consadnacional.org.br/vi-congresso-consad-trabalhos-apresentados/>>. Acesso em: 28 de jan. de 2014.